

# Debate-se a posse antecipada

por José Casado de Brasília

Dias atrás, numa reunião com o presidente da República, José Sarney, um grupo de oficiais da ativa em posto de comando ponderou sobre a conveniência de antecipação da posse do sucessor que será escolhido no próximo dia 17 de dezembro.

Não foi a primeira vez que isso aconteceu. Sarney já discutira essa possibilidade ao longo da campanha eleitoral, no primeiro turno, com vários de seus ministros.

Ocorre que, desde a definição de Fernando Collor de Mello, do PRN, e de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, como candidatos à etapa final do pleito, o debate sobre a antecipação da posse cresceu muito em todos os setores do governo federal.

A proposta feita por esse grupo de líderes militares — que não representa o consenso das Forças Armadas — foi de que Sarney deixasse o poder no dia 15 ou 31 de janeiro, entre um mês e 40 dias depois da eleição.

Eis o argumento básico usado, conforme contou um oficial do Alto Comando da Aeronáutica à editora Eliane Sobral, ontem: "Estaremos com um governo para-

lelo; as decisões do presidente Sarney estarão, automaticamente, condicionadas às posições do próximo presidente, o que lhe deixaria sem possibilidades de continuar governando o País".

Em conversa com seu ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Baptista de Abreu, o presidente da República tem ouvido idéias semelhantes, sempre colocadas de forma indireta, com base em motivos diferentes.

A mais recente projeção da taxa de inflação posta sobre a mesa de Sarney no Palácio do Planalto indica a possibilidade de se atingir a marca de 55% em dezembro (a inflação de novembro, a ser divulgada hoje, ficou pouco além do patamar de 40%).

Neste cenário seria possível, a partir da eleição do novo presidente, que os 100 dias da transição passassem a ser dominados por conturbações na economia.

Na área econômica do governo a hipótese de antecipação da posse é tida como uma das alternativas para se contornar a eventual crise, no caso de sua real confirmação.

(Continua na página 7)

# Debate-se a posse antecipada

por José Casado de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Sarney, porém, tem resistido. Em algumas ocasiões com o apoio do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército. Em outras, contra a opinião do chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes.

Não há posições fechadas, em nenhuma das alas do governo, sobre a saída antecipada do poder. O que existe, de fato, é um debate.

Sarney tem argumentado, muitas vezes utilizando os raciocínios e dados fornecidos pelos ministros econômicos, que o governo conseguiu chegar às eleições com uma inflação alta, mas razoavelmente administrada.

Além disso, não haveria um cenário com obstáculos concretos que indicassem a plena inviabilidade de manutenção dessa estabilidade relativa no crescimento da inflação no período que vai até 15 de março do próximo ano, prazo constitucional do término de seu mandato.

Ele aposta no cumprimento do ciclo da transição política até o último dia, e seus ministros não lhe dizem, afirmativamente, que isso será impossível.

Repete, sempre, que, na hipótese de se configurar uma situação de extrema gravidade na economia, não deixaria de examinar essa alternativa com mais atenção.

Ainda assim, prevê problemas operacionais. Para que isso fosse feito sem traumas, haveria necessidade de amplo respaldo do Congresso Nacional, principalmente. E o Congresso, que já opera em "recesso branco" há meses, entra oficialmente em férias na primeira semana de dezembro.

Há mais: para operar a antecipação da posse, haveria de contar com o explícito apoio dos candidatos Collor e Lula, antes da eleição, na segunda quinzena de dezembro.

Collor, desde o início da campanha, vem repetindo que considera fundamental o cumprimento dos prazos constitucionais. Ontem, seu porta-voz garantiu que ele não pretende mudar de idéia.

Lula, cujo partido há algum tempo chegou a pregar a saída de Sarney logo após as eleições, passou a dizer nos últimos três meses que cumprir a Constituição não faria mal nenhum ao País.

O que ambos menos dese-

jam é qualquer iniciativa política, na atual conjuntura, que deixe aberta a possibilidade de uma crise institucional.

Dois ministros militares, Henrique Sabóia, da Marinha, e Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, quando consultados por este jornal, ontem, manifestaram-se de formas diferentes.

Sabóia simplesmente disse desconhecer qualquer debate a respeito no âmbito do governo ou das Forças Armadas. Pires Gonçalves preferiu não comentar.

A proposta dos oficiais militares a Sarney foi apresentada com "muita sutileza", observou um brigadeiro.

Na assessoria do presidente da República, porém, já se olha para janeiro próximo como época de mudanças. Se não forçadas pela eventual conturbação da economia, ao menos pela necessidade política de se produzir uma queda na taxa de inflação.

Assim, discute-se um outro caminho: Sarney deixar o poder, em março, com uma inflação mensal bastante inferior aos 40% atuais, a partir de um "pacote" econômico a ser decidido em janeiro.

A princípio, existiria um grande obstáculo: o veto dos ministros da área econômica. E um enorme risco: sem credibilidade e com um "governo paralelo" — o eleito —, as chances de êxito seriam mínimas.

O governo medita e espera. No Congresso, porém, há gente trabalhando com olhos para a cena posterior a março, com o objetivo de mudar o sistema de governo a pretexto de evitar crises institucionais.

Ontem, por exemplo, a primeira das quatro emendas parlamentaristas foi aceita pela Comissão de Justiça da Câmara para tramitação. Ela é do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) (ver matéria na página 8), que está engajado na campanha de Lula, e estabelece um plebiscito já em novembro do próximo ano.

A Constituição vigente prevê que em outubro de 1993 o País vai às urnas, entre outras coisas, para optar por qual forma de governo deseja e o parlamentarismo é uma das alternativas.

A tese de antecipação, hoje, está unindo parlamentares de esquerda, como Ferreira Lima, de centro, como Ulysses Guimarães, e líderes como o general Pires Gonçalves, ministro do Exército. Por enquanto, eles são minoria.